



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

**12º CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA CARREIRA
DO MPM NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA MILITAR**

PROVA SUBJETIVA- CADERNO DE QUESTÕES
**GRUPO IV – DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO ADMINISTRATIVO
MILITAR, DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

1. Os celulares, relógios digitais, relógios multifuncionais e outros aparelhos eletrônicos devem ser mantidos desligados durante todo o tempo de prova e serão recolhidos pelos fiscais de sala;
2. *Quando autorizado*, verifique, atentamente, este **CADERNO DE PROVA SUBJETIVA**, que deve conter as questões formuladas com elementos para subsidiar a elaboração das respostas. *Constatando* qualquer anormalidade, como página sem impressão ou repetida, ausência de página ou, ainda, impressão defeituosa, solicite imediatamente sua *substituição*;
3. **ATENÇÃO!** Ao responder as questões, não pular linhas do Caderno de Respostas;
4. A prova tem duração de 5 (cinco) horas, incluindo o tempo para preenchimento do Caderno de Respostas;
5. Durante a prova, o candidato não deve se comunicar com outros candidatos, por qualquer meio, escrito ou oral. Igualmente, não deve se comunicar, por qualquer meio, com pessoas ou sistemas de informática situados fora do recinto da prova;
6. É permitida a consulta aos diplomas normativos desde que os textos estejam desacompanhados de comentários, anotações, exposição de motivos, transcrições jurisprudenciais, súmulas e resoluções. Não é admitido intercâmbio de material de consulta entre os candidatos;
7. O candidato não deve se levantar durante a prova. Em caso de alguma necessidade, solicitar orientação ao fiscal de sala mais próximo. É permitida, com autorização, a ida ao banheiro;
8. O candidato não poderá retirar-se da sala em que estiver realizando a prova antes de decorridos **90 (noventa) minutos** do respectivo início, sob pena de eliminação do certame;
9. O candidato só poderá retirar-se do local de prova portando este Caderno de Questões e o *Rascunho* das Respostas, após o decurso de 4h do início da prova;
10. O descumprimento destas instruções ou das constantes no Caderno de Respostas poderá acarretar em anulação da prova do candidato e em medidas legais cabíveis.

Nome:

Data:

08/05/2022

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

GRUPO IV/A – DIREITO ADMINISTRATIVO

GRUPO IV/A – DIREITO ADMINISTRATIVO

Instruções para a realização das questões de Direito Administrativo:

A prova de Direito Administrativo é composta de duas questões subjetivas, a primeira com valor de 30 pontos, a segunda com valor de 25 pontos. As respostas devem ser fundamentadas com a indicação do fundamento legal, jurisprudencial ou doutrinário, conforme o caso. Respostas sem a indicação de respectivo fundamento não serão pontuadas. O emprego correto e formal da língua portuguesa também será objeto de ponderação na avaliação da prova. Trechos ilegíveis serão desconsiderados.

QUESTÃO 01 (30 pontos)

Imagine a seguinte situação hipotética. Há uma empresa pública dependente em regime não concorrencial, vinculada ao Ministério da Defesa, com a missão de fabricar e comercializar produtos de defesa e segurança para clientes institucionais e, especialmente, as Forças Armadas, Forças Policiais e clientes privados.

Diante dessa hipótese, responda aos itens a seguir.

- 1.1. A personalidade jurídica de uma empresa pública é direito privado ou de direito público? (3 pontos – máximo de 5 linhas)
- 1.2. Existe o dever de divulgação, em transparência ativa, dos chamados *jetons*, eventualmente recebidos pelos membros do Conselho de Administração da referida empresa? Em sua resposta, aponte o conceito de estatal dependente (7 pontos – máximo de 5 linhas)
- 1.3. Segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal, na hipótese de a empresa em referência pretender realizar uma operação de “desinvestimento”, mediante a venda das ações e correspondente controle de uma de suas subsidiárias, será indispensável autorização mediante lei específica? (10 pontos – máximo de 10 linhas)
- 1.4. Segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal, na hipótese de a empresa em referência pretender realizar uma operação de “desinvestimento”, mediante a venda das ações e correspondente controle de uma de suas subsidiárias, será indispensável, em observância ao princípio da impessoalidade, a realização da venda por processo licitatório? (10 pontos – máximo de 10 linhas)

QUESTÃO 02 (25 pontos)

Imagine a seguinte situação hipotética. A União pretende fazer a concessão dos serviços de construção e manutenção de um presídio federal mediante o modelo de parceria pública privada (PPP).

Diante dessa situação, responda às seguintes questões.

- 2.1. Qual seria a modalidade de PPP aplicável, considerando que não seria possível a cobrança de tarifa? (5 pontos – máximo de 5 linhas).
- 2.2. Com vistas a economizar custos burocráticos com a realização de processos licitatórios, a União pretende firmar um contrato de, no mínimo, quinze anos, admitida a prorrogação, por igual período. Seria possível prazo tão alongado com a pretensão de redução de custos burocráticos? (8 pontos – máximo de 10 linhas)
- 2.3. Haveria a possibilidade de delegação à empresa contratada das prerrogativas de polícia administrativa, indispensáveis à manutenção da ordem interna da instituição presidiária? (5 pontos – máximo de 5 linhas).
- 2.4. Haveria a possibilidade de, mediante um único contrato de PPP, ter por objeto a construção da unidade prisional e a contratação dos serviços de manutenção das instalações desta mesma unidade prisional, tudo em favor de um único parceiro privado? (7 pontos – máximo de 10 linhas).

GRUPO IV/B – DIREITO ADMINISTRATIVO MILITAR

QUESTÃO 03 (7 pontos)

No dia 31 de março de 2021, um grupo de estagiários do curso de guerra na selva participou do último exercício de campo do curso. Após a patrulha, que atravessou a madrugada, percebeu-se a falta do sargento Canuto, na formatura matinal do dia 01/04/2021. Realizadas as buscas, o militar não foi encontrado.

Obs.: Não há nenhum indício de que o sargento Canuto tenha desertado, pois era seu desejo tornar-se guerreiro de selva, assim como eram seus outros dois irmãos, também militares do Exército. Além do mais, no alojamento foram encontrados todos os seus documentos, cartões de crédito, arma pessoal e telefone celular.

Diante do que preconiza a Lei nº 6.880/80, responda de forma clara e objetiva (no máximo 5 linhas cada item):

- 3.1. Em relação ao serviço militar, trace uma linha de tempo e identifique em qual(is) situação(ões) o sargento Canuto será colocado. Você não precisa indicar as datas, apenas os lapsos temporais e os dispositivos legais aplicáveis (4 pontos)
- 3.2. Na hipótese do sargento Canuto ter reaparecido no dia 21/11/2021, quais as providências que a Administração Militar deve adotar? Indique os dispositivos legais que fundamentam sua resposta (2 pontos)

3.3. Considerando uma nova hipótese: a de que o sargento Canuto tenha desaparecido durante o exercício, após a embarcação (bote) em que estava com seu grupo de combate ter naufragado, esclareça qual a solução aplicável, de acordo com o Estatuto dos Militares (1 ponto).

QUESTÃO 04 (5 pontos)

Em 26 de agosto de 2002, foi publicado o novo Regulamento Disciplinar do Exército (Decreto nº 4.346). Nele, como nos demais, estão tipificadas as infrações disciplinares e suas respectivas sanções. Especificamente em relação às sanções de *detenção* e *prisão* (art. 24, incs. IV e V), qual foi a questão constitucional que se inaugurou e qual foi seu antecedente imediato? (máximo de 5 linhas).

QUESTÃO 05 (6 pontos)

Discorra sobre as atribuições subsidiárias das Forças Armadas, classificando-as e as detalhando (máximo de 20 linhas).

QUESTÃO 06 (2 pontos)

Em qual documento devem constar informações e dados estratégicos, orçamentários, institucionais e materiais das Forças Armadas? Este documento tem caráter público ou secreto? Qual o objetivo deste documento? (máximo de 5 linhas).

GRUPO IV/C – DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 07 (5 pontos)

Na atual legislação processual civil brasileira, defina se as regras de procedimentos disponíveis às partes litigantes permanecem de ordem pública e apenas dirigidas pelo Juiz da causa, ou se há espaço para que os plenamente capazes estipulem mudanças de procedimento em comum acordo? Fundamente sua resposta (máximo de 10 linhas).

QUESTÃO 08 (5 pontos)

Aponte qual a regra de custeio das provas produzidas a requerimento do Ministério Público em procedimento judicial regido pelo Código de Processo Civil, além do momento adequado de seu pagamento (máximo de 5 linhas).

QUESTÃO 09 (5 pontos)

O Direito Civil brasileiro admite a denominada desconsideração da personalidade jurídica inversa? Se positiva ou negativa a resposta, aponte o fundamento legal pertinente, além de indicar a(s) teoria(s) doutrinária(s) que fundamenta(m) referido instituto jurídico (máximo de 10 linhas)

QUESTÃO 10 (5 pontos)

Como se denomina o princípio contratual específico cuja orientação define que uma avença obrigacional vincula apenas as partes que a ele aderem? Este princípio é absoluto ou admite exceções? Exemplifique (máximo de 5 linhas)

QUESTÃO 11 (5 pontos)

É possível que um casal ou uma entidade familiar defina, por vontade própria, um item de seu patrimônio comum como bem de família ou esta delimitação é estipulação restrita ao Estado? (máximo de 5 linhas)
Fundamente sua resposta (limite da resposta 5 linhas [5 PONTOS]).

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

INTENCIONALMENTE EM BRANCO